Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 24 de outubro de 2019
Ata N.º 23

No dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e quarenta e sete minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Transferência de competências decorrentes da Lei-Quadro n.º 50/2018, para o Município de Palmela, nos anos de 2019 e 2020.

PONTO DOIS – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear**.**

PONTO TRÊS – Aprovação da Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Carlos Alberto Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;

- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;

- Sr. Vereador Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontrava presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. José Pedro Rosado Carvalho** que não se encontrava presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tomás Anjos Barão** que não se encontrava presente.
- **Sra. Maria João Camolas Contente Caleira da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho da CDU,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos pessoais, pelo período de cento e oitenta dias a partir de 18.10.2019. O lugar agora vago será ocupado pela **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Luis Manuel Paciência Pato da CDU e Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião da CDU** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Informou, ainda, a **Sra. Presidente da Mesa** que os/as Srs./Sras. Membros em falta se encontram atrasados e iniciarão a sua participação mais tarde.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, muito boa noite, caras e caros colegas companheiros de Assembleia Municipal, Sras. jornalistas, Sras. e Srs. técnicos da Câmara Municipal, vamos dar início à nossa sessão trata-se de uma sessão extraordinária e temos três pontos na ordem de trabalhos.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos começar com a nossa primeira proposta Transferência de competências decorrentes da Lei-Quadro n.º 50/2018 e pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer introduzir a proposta?"

PONTO UM – Transferência de competências decorrentes da Lei-Quadro n.º 50/2018, para o Município de Palmela, nos anos de 2019 e 2020.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente, muito obrigado.

Cumprimento, V.Exa., os restantes Membros da Mesa, assim como os Membros da Assembleia, o público que nos acompanha e a comunicação social e os técnicos do município.

Relativamente a esta proposta que concerne a transferência de competências no domínio da participação dos municípios na cogestão dos parques, eu procuraria resumir aqui algumas ideias. O corpo da proposta começa por dar nota, desde logo no início, de uma confusão ou falta de clarificação de uma comunicação da DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, relativamente aos prazos para a comunicação da aceitação ou da não-aceitação da transferência de competências neste domínio, e há aqui alguma incongruência porque a comunicação para a aceitação, ou não, de dois mil e vinte, para tal é estipulado um prazo mais cedo do que para a comunicação de dois mil e dezanove e nós interpolámos a DGAL. Ainda assim não tivemos uma resposta clara, mas entendemos dar seguimento ao processo nestes timings, aliás em alinhamento com aquilo que fez a esmagadora maioria dos municípios.

Mas sobre aquilo que aqui está efetivamente em análise, esta proposta, este modelo de cogestão de áreas protegidas que logo pelo título cria algumas expectativas, elas acabam por ser efetivamente defraudadas na medida em que naquilo que diz respeito à competência dos municípios para terem uma efetiva participação de coautoria, por exemplo, na elaboração e revisão dos planos e programas destas áreas protegidas, e recordo que andamos há vários anos, todos os agentes económicos do local, as populações, os municípios, a reclamar uma revisão do POPNA - Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida e que ele não acontece de facto, não traz nada de novo apenas convida os municípios por um lado para terem assento num órgão que, na atual estrutura e funcionamento da gestão dos parques já existe, que é o seu conselho estratégico, aliás ele tem sido presidido por Palmela em diversos mandatos, da última vez foi pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, mas é um facto que depois cria aqui que uma comissão permitindo aos Presidentes de Câmara dos municípios da área do Parque que possam presidir mas, efetivamente, a participação naquilo que diz respeito à definição das grandes linhas políticas estratégicas para a gestão dos parques acaba por não lhes ser cometida.

Tem alguns objetivos aparentemente generosos, mas acabam sobretudo por remeter para os municípios funções de fiscalização, funções, por exemplo, de passar contraordenações. Depois ao nível do financiamento, e isto ainda é mais interessante, diz-se que o plano de cogestão é financiado com verbas de diversas entidades e a certa altura na alínea d) no número quatro do artigo decimo quarto, verbas disponibilizadas pelos municípios abrangidos pela área protegida, eu diria que havendo aqui uma intenção aparentemente generosa de colocar os municípios mais implicados, e mais envolvidos, na gestão destas áreas acabamos sobretudo para ir para um órgão para enfeitar, para gerir um órgão, convocar um órgão, financiar, e a certa altura até diz que a estrutura de apoio à comissão de cogestão é uma estrutura de apoio que tem que estar a tempo inteiro e que é constituída pelos técnicos designados para o efeito por cada uma das entidades, ou seja, ainda temos que lá colocar um técnico para trabalhar nesta área de cogestão, e em local algum se volta a falar como é que estas coisas se cruzam, por exemplo, com o financiamento e quando assumimos competências e novas responsabilidades também gostaríamos de ter sempre alguma compensação financeira para o efeito.

Eu creio que é um daqueles exemplos de diplomas que foi feito um pouco à pressa, que não mereceu, apesar de se dizer na generalidade destes documentos que foi ouvida a Associação Nacional de Municípios, foi ouvida, mas eu chamo a atenção dos Srs. Membros da Assembleia porque às vezes há uma confusão foi ouvida a Associação Nacional de Municípios dá a sensação que a Associação Nacional de Municípios esteve de acordo com tudo e não esteve. Eu próprio estive, recentemente, no Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios e tive a oportunidade de perceber que entre várias forças políticas houve vários desabafos de desagrado relativamente a este processo e a outros que estão já a decorrer e alguns até que alguns autarcas lá presentes já assumiram e não estão a funcionar as comissões de acompanhamento, não funcionou nenhuma, nenhuma, em nenhum ponto do país, mesmo para aqueles que já tem competências assumidas em dois mil e dezanove, à data de há quinze dias, ainda ninguém tinha recebido dinheiro para nada, para além de outros problemas mas isso diz respeito, sobretudo, a outras competências. Neste caso concreto nós consideramos que, por tudo aquilo que já dissemos acerca deste processo de transferência de

competências para os municípios, aquele conjunto de argumentos mais genéricos que temos aduzido na generalidade das propostas que aqui trazemos mas, sobretudo, porque este diploma nos parece, e há aqui vários casos demonstrativos, que precisa de afinações, que precisa de clarificações, não estão, de facto, reunidas as condições para assumirmos esta função de cogestão.

Porque não acrescenta nada em termos até de poderes àquilo que já fazemos hoje, que é perfeitamente consultivo, todos temos um conjunto de intenções mas depois o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas continua naturalmente a fazer de acordo com aquilo que entende que deve fazer, às vezes até à revelia das instruções da própria tutela. Eu já estive em fóruns com o Secretário de Estado que tutelava em que numa reunião de trabalho e, curiosamente acerca de processos do nosso Parque, não havia total sintonia entre aquilo que foi decidido na reunião por parte da tutela, no sentido de procurar encontrar a solução e resolver, e depois aquele bloqueio muito jurídico/administrativo de quem gere o ICNF e tem, de facto, o poder de regular, de aprovar, de emitir pareceres favoráveis ou desfavoráveis, como vamos ter daqui a bocado uma proposta que foi submetida a parecer do ICNF, sobre múltiplas matérias.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia procurei, sobretudo, comentar de uma maneira geral o entendimento que a Câmara Municipal teve sobre esta matéria que até noutros momentos não estivemos todos unidos nesta questão, houve sentidos de voto diferentes mas a generalidade das bancadas considerou que este decreto-lei sectorial, em particular, precisa de uma grande volta e de grandes afinações porque não acrescenta nada de novo quer à cogestão dos parques, no sentido de ter garantias de que as posições dos municípios são perfeitamente acolhidas, e atribui-nos responsabilidades de passar multas, contraordenações, financiar, pôr técnicos, etc., para algo que não vamos ali reconhecer que vai ter implicações mais positivas para quem tem de gerir o Parque e sobretudo para quem lá habita, porque o Parque até para ser protegido precisa deter gente, porque se estiver abandonado acontece aquilo que já aconteceu noutros pontos do país quando se fala de incêndios e de outras coisas, é preciso ter gente, gente que também tem de cumprir um conjunto de requisitos para poder habitar ou explorar até economicamente questões do Parque, seja na silvicultura, na pecuária, até na caça, seja no turismo etc., etc.

Este diploma setorial, nessas matérias, com este modelo, não vai conseguir responder às expectativas das pessoas que lá estão e é apenas para alguém dizer que tem lá ao lado os municípios, estão lá implicados naquele órgão e que o descontentamento que hoje é quase todo ele direcionado para o ICNF, passa a ter também ali mais dois ou três responsáveis para apontar o dedo mas que, de facto, também não podem ajudar a resolver os problemas de quem vive e, também, sobrevive economicamente duma zona protegida que se quer tão reservada quanto dinâmica para garantir essa mesma preservação.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. Rui Lourenço do PS** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:59 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta proposta está aberta a discussão.

Quem quer usar da palavra?

Tem a palavra pelo Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Boa noite para si, extensível aos respetivos Membros da Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caríssimos colegas de Assembleia, público presente, técnicos do município, Srs. jornalistas, boa noite a todos.

Eu preparei aqui uma intervenção que com a intervenção do Sr. Presidente de Câmara ficou aqui um bocadinho coartado, diria assim. Se me permite uma pergunta direta, a proposta diz que *"após receção da comunicação supra referida, o município de Palmela solicitou esclarecimentos àquela entidade sobre a informação, no passado dia dezanove de setembro, não tendo até à data obtido qualquer esclarecimento"*. Eu sei que isto foi para uma reunião de dezasseis de outubro, o Sr. Presidente acabou de dizer que já teve, que já obteve uma resposta. Eu só gostava de perceber, se permitisse Sra. Presidente, qual era essa a resposta se faz favor."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Faz favor, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Quer que responda já?"

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sim, sim."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A resposta reitera os prazos e não acrescenta nada de novo, diz por outras palavras a mesma coisa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não adianta nada em relação àquilo que eu tinha aqui genericamente preparado.

Nós, genericamente, entendemos que este processo não está conduzido, também, da forma que, eventualmente, deveria de estar e estamos em sintonia com o Sr. Presidente de Câmara a este nível, mas temos que fazer aqui algum histórico. Nesta proposta que vem aqui hoje, fala da aceitação de transferência de competências em dois mil e dezanove e dois mil e vinte, nomeadamente nas reuniões de Câmara, estou a citar, de vinte e três maio de dois mil e dezanove e da Assembleia Municipal de vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, antes já a vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove tínhamos tratado de alguns destes assuntos aqui. Nessa altura o senhor dizia e vou citá-lo "*nós não aceitamos qualquer coisinha*", e vejo que o posicionamento do município é diferente neste momento e fico satisfeito com isso. Ou seja, continuam a não aceitar as formas como as coisas estão colocadas mas, neste momento, se estão mal colocadas então teremos que ter uma resposta a fim. Desde essa primeira fase, que era o impossível, houve uma segunda fase em que houve uma maior coerência de análise e que há agora uma tentativa, até com as explicações que se pedem que acabam depois por não ser nada objetivas e não acrescentar nada nas suas palavras àquilo que era anteriormente dito, enfim, há um posicionamento diferente do município, dá-me ideia que o município está mais disponível para olhar para isto tudo no seu global. E estará mais disponível, eventualmente, também, porque o prazo para que temos aqui deadline até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte é um prazo que se vai aproximando, e a este nível nós já tínhamos percebido claramente que o município, mais cedo ou mais tarde, terá esta delegação de competências, que já se percebeu que o município não equaciona a aceitação de quaisquer matérias em apreço antes de ser obrigado a fazer, ao contrário também daquilo que o Sr. Presidente vinculou aqui nesta reunião de vinte e nove de janeiro, já se percebeu que foi aqui dito da primeira vez que debatemos, desde vinte e nove de janeiro, é assumido de uma forma pouco consistente e que depois vem trazer alguma coerência maior, usando a palavra que utilizei há pouco, ao debate e não conseguimos perceber o que é que a Câmara tem feito para se ir preparando para aceitar todas estas delegações de competências em dois mil e vinte e um, se há um plano, se há um

projeto, se há uma análise, se há um ecossistema tratado para transferência de competências em execução que previna o futuro de Palmela.

Fiquei depois, também, satisfeito por perceber que na proposta número dois, que vamos hoje aqui tratar, a dado passo, o Sr. Presidente põe lá que esta estrutura orgânica nova do município vem responder, e estou a citá-lo, àquilo que são as novas competências que vão ser adstritas ao município. Eu fico feliz por perceber que há um entendimento mais coerente, mais consistente, mais englobável naquilo que são os desafios para Palmela e para os outros municípios, mas nós estamos em Palmela. Parece-me que temos um caminho que foi trilhado, que demorou algum tempo de aceitação, diria assim, mas que nos permite, talvez, hoje perceber se há, ou não, alguma coisa que esteja já pensado, equacionado, devidamente prevista para Palmela em dois mil e vinte e um. Nós não conhecemos, nós Assembleia Municipal, daquilo que eu sei, não conhecemos e eu acho que a curto prazo teríamos que ter alguma reflexão também sobre isso, na medida em que precisaremos de perceber até que ponto o município tem, ou não, tem condição, capacidade, vontade, para conseguir ter aqui uma série de delegação de competências que numa primeira análise, e usando muito as palavras da CDU, é uma decisão mais próxima do cidadão e será uma decisão que servirá melhor esse mesmo cidadão, que é o cidadão de Palmela.

Relativamente às questões das áreas protegidas, Palmela tem-nas, há que assegurar que tudo corre bem e folgo, também, por o ter ouvido falar das pessoas das áreas protegidas e Palmela mantém esta postura de não-aceitação mas temos, efetivamente, neste caso que concordar que estas questões não só dos prazos, como as dissonâncias entre os diferentes documentos que foram chegando ao município, levam a que essa posição possa ser uma posição muito coerente, eventualmente com aquilo que estava feito anteriormente.

Eventualmente, o Partido Socialista nesta mesma posição se fosse poder não a aceitaria desta forma, teria aceite outras como sabe e teríamos, neste momento, uma experiência diferente para, também, em confronto com esta possibilidade de aceitação dizermos não claramente a esta, mas teríamos as outras que nos permitiam ter uma visão global mais escrutinável daquilo que tudo isto pode trazer para o município.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Outras intervenções?

Caros Membros da Assembleia, tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Primeiro que tudo, boa noite a todos na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes nesta sala.

Eu aqui irei falar mais pelo CDS porque, efetivamente, se bem se lembram temos tido, PSD e o CDS, alguma diferença de posição quanto a este assunto. Reiterando o que já aqui dissemos por várias vezes, não vejo esclarecimentos adicionais, mantem-se o mesmo problema do pouco esclarecimento ou nenhum sobre a transferência de montantes com as transferências de competências e vou ser muito breve e votarei favoravelmente, até porque não me ia abster quando o próprio PS aqui diz que também tem sérias dúvidas sobre o *modus faciendi* e façamos votos para que, com a posse do novo Governo, isto venha a ser clarificado e com a aprovação do novo orçamento que fique muito mais clarificado ainda e compete a quem votar favoravelmente o orçamento fazer pelo menos essas exigências mínimas que são as transferências financeiras, pelo menos ser dado conhecimento aos municípios uma vez que as competências vão ser obrigatórias a partir da data que todos sabemos.

E é só obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Dou agora a palavra ao Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todas e todos os presentes.

A Lei-Quadro n.º 50/2018, de dezasseis de agosto, da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que entrou em vigor a dezassete de agosto de dois mil e dezoito, não só no que diz respeito à execução do seu objeto e âmbito mas, também no que concerne aos elementos essenciais que a acompanham, está dependente da publicação e entrada em vigor de diplomas legais de âmbito sectorial a aprovar em Conselho de Ministros e que definem os termos concretos das novas competências a transferir.

A identificação da respetiva natureza e forma de afetação dos respetivos recursos na Lei n.º 50/2018 e Lei nº 51/2018, que altera a Lei das Finanças Locais, evidenciam que o que está em causa é uma municipalização de competências e não uma descentralização efetiva.

Importa reiterar que um processo de descentralização sério do Estado, no cumprimento da Constituição da República Portuguesa, terá de reforçar a democracia, a participação e a capacidade de decisão dos cidadãos não devendo, por isso, englobar competências de serviços públicos cujo exercício não recomende uma escala municipal e deve manter a universalidade dos mesmos.

Ao princípio da subsidiariedade, tal como preconiza a Constituição da República Portuguesa, subjaz o princípio da democraticidade, ou seja que os órgãos recetores de competências sejam eleitos por sufrágio universal e com escrutínio pelas populações. O referido princípio não é uma espécie de letra morta e o Estado Central não pode afastar uma responsabilidade que é sua.

Na esmagadora maioria dos casos, as autarquias incluindo a de Palmela, no nosso entendimento não vão ter condições para assumir as novas competências. Este processo está alicerçado na insuficiência de recursos financeiros, de meios humanos ou de recursos técnicos e irá funcionar como rampa de lançamento para o recurso a concessões a privados e até à privatização de serviços públicos. O processo está, também, a ser feito ao contrário, isto é transferem-se primeiro as competências e depois logo se vê o resultado ou se adequa melhor o orçamento, o que é absolutamente inaceitável.

Assim, o Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Palmela rejeita esta transferência e vota a favor da proposta da Câmara Municipal.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se há mais alguma intervenção?

Tem a palavra a Bancada da CDU, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes sem qualquer exceção.

Duas notas prévias, começaria até pela declaração de intenção de voto da Bancada da CDU que, obviamente, votará a favor da proposta apresentada pelo executivo municipal, mas reiterar aqui aquilo que já foi dito e que, pelos vistos, e até a última intervenção do Partido Socialista agora inverte a coisa, nos faz

estar um bocadinho mais de acordo. Efetivamente, mais do que os conteúdos ou a intenção, a metodologia destas propostas não tem sido a mais correta para o esclarecimento de todos nós sobre o que é que aí vem.

Provavelmente sobre a intenção de descentralizar, e como já foi aqui citado, estamos todos de acordo com a necessidade de descentralizar, agora também sabemos a que custos, ou melhor com esta descentralização não sabemos a que custos e não me estou a referir só a questão financeira, estou-me a referir ao efeito desta dita descentralização, com que custos para as populações se vai fazer esta descentralização, porque o que está subjacente na intenção de descentralizar e aproximar, em termos teóricos, pode-se revelar não se conhecendo a forma nem os meios necessários para a fazer em prejuízo para as populações. Eu acho que é avisado e tem sido avisada esta posição da CDU, em não havendo mais esclarecimentos trabalhar, efetivamente, o que é de trabalhar no sentido de estar mais próximo e responder às populações, mas não cair, também, aqui numa ânsia apressada de estarmos de acordo com toda a descentralização sem acautelar os meios, os efeitos, que ela vai ter e as capacidades que vamos ter de responder a todas as competências que as autarquias têm. Eu acho que este discurso, às vezes, faz-nos esquecer as outras competências que não perdemos por aceitar mais estas.

Temos, efetivamente, que ser cautelosos a bem das populações.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito obrigada.

Não há mais intervenções?

Então dou a palavra novamente ao Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado.

Só uma nota muito rápida. Não é destas, não podemos dizer que é destas tem que se dizer que é desta, porque é esta a proposta que estamos a trabalhar e gostava que ficasse isso muito muito bem vincado.

Entendo, entendo, que, mas entendo isto genericamente, da mesma maneira que o Sr. Presidente da Câmara quando toma as suas decisões não o faz de uma forma bolimizadora, entendo que quem está no Governo quando toma as decisões não o faz de uma forma de bolimizadora, ou seja, fá-lo à partida e com os dados que tem pelo melhor, entendo sempre isto assim e posso discutir e discordar, mas entendo que fazemos isto.

Nós não estamos de acordo, nós o Partido Socialista não está de acordo com toda a descentralização, por isso hoje não votaremos contra. Agora a questão é, temos que equacionar aquilo que temos, e volto não vale a pena, até pensei ir buscar a mala para tirar o rol, ou seja há uma série de aspetos e de mecanismos da descentralização nalgumas competências que este município já faz, como outros já fazem há muitos anos pelo país fora etc., etc., que se coadunavam com uma tentativa de chegada à frente, portanto, o que me parece é que aqui houve um processo de estar em desacordo tácito, prévio, com toda a descentralização e isso é que nós não podemos concordar.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sr. Presidente quer acrescentar algo?."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se me permite, e até procurando responder à questão, do Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, o que é que o município está a fazer? Em primeiro lugar convém recordar que o município, precisamente, tem uma postura responsável e embora considerando em abstrato o princípio da descentralização como um princípio genuinamente positivo, considera é que a forma como ela está a ser feita pode subverter a intenção do processo.

O que é que o município está a fazer? Precisamente porque é responsável o município cumpre a lei e está a preparar-se seja para a descentralização nos termos em que estão neste momento nos decretos sectoriais, seja para aquilo que almejamos que venha a ser corrigido. Para além de fazermos o nosso trabalho de casa, procurarmos perceber, também, junto daqueles que já tinham competências em experimentação há uns anos e que aceitaram em dois mil e dezanove, como é que as coisas estão a correr e posso dizer-lhe que estão a correr muito mal. Procuramos no plano institucional, corrigir as injustiças e as incongruências dos diplomas setoriais, denunciando os alçapões que esta lei, e que estes diplomas, têm e são verdadeiros alçapões, estamos sujeitos a cair lá e não ver o fundo e vamos fazê-lo por um lado, desde logo muito brevemente no Congresso da Associação Nacional de Municípios, onde embora se queira colocar na ordem do dia do Congresso a questão da regionalização, e nós somos defensores da regionalização, consideramos que ainda sobre a descentralização há muito debate a fazer-se e que devia ter sido feito logo no início do mandato na Associação Nacional de Municípios, e eu já o reiterei várias vezes.

Por outro lado em reuniões que temos previstas, estamos só a aguardar que no sábado tomem posse, com vários ministérios e várias secretarias de Estado e no que diz respeito à relação com os organismos da Administração Central já começámos a fazer, que é continuando a dizer que os mapas estão errados, que os valores estão errados, a procurar que nos clarifiquem e que corrijam. E é pena, é que não apenas o Município de Palmela mas até os outros que já aceitaram continuem a queixar-se que não há clarificação dos valores, não houve correção dos mapas, não chegou dinheiro e que estão hoje já com problemas financeiros porque estão a fazer intervenções e trabalho muito acima daquilo que está previsto receber, mas essa é uma questão que dirá respeito a quem quis assumir desde logo.

Nós pretendemos clarificação de um conjunto de questões, de recursos humanos, materiais, patrimoniais necessários e no plano financeiro a clarificação das verbas e, se calhar, vamos ter a vantagem até quando se diz ou se pressupôs," *ah! Mas isto, depois, é um bocadinho de negociação"*, mas não é negociação mas não é cada um por si, porque os critérios têm que ser iguais para todos os municípios, é que houve municípios aí ao lado que aceitaram algumas e dizem: "*ah! Mas a gente está a negociar para receber mais",* mas vai receber mais como? O valor por escola no município A é "x" e no município B é "y"? Não, tem é que ser mais que vinte mil euros mas tem que ser igual, o critério tem que ser igual depois para todos, nós estamos a procurar preparar-nos para. O senhor já focou aqui um aspeto no plano da organização dos serviços, mas estamos também a estudar uma série de questões e aprendendo com aqueles que já estão a ter problemas, para não virmos a ter os mesmos. Aliás eu dir-lhe-ia, porque sei que é uma matéria que lhe é cara, na área da educação os problemas estão a ser mesmo muito complexos e até numa outra coisa que tem que ver, de facto, depois com competências e poder que é para além dos problemas financeiros, das obras das escolas, dos problemas do amianto, dos vinte mil euros para gastar setecentos mil, ou dos vinte mil euros para gastar um milhão e quinhentos, e são palavras de autarcas de várias forças políticas, está a haver problemas ao nível depois da gestão do pessoal com as direções do agrupamento, dos agrupamentos e das direções de escolas e também já nos centros de saúde, mas isso é outra questão. Como é que os municípios que poder é que os municípios têm, não estou a dizer que querem mais que eu não estou de acordo que os municípios mandem nas escolas secundárias, têm lá o seu papel no Conselho Geral e pouco mais, mas há matérias, a partir do momento em que passam a ter a responsabilidade de fornecer pessoal, de fazer reparações, etc., etc., que estão a criar problemas seríssimos em que já Presidentes de Câmara de alguns concelhos assim um pouco mais pequenos, "*o melhor é gente gerir a escola e tudo vamos acabar com os diretores e tudo*", mas isso é aqueles que querem mais do que a descentralização, querem ser lá os "*Senhorzinhos Malta do sítio*", nós não temos essa visão e achamos que tem que haver, de facto, clarificação e segregação de competências, às direções das escolas o que é das direções das escolas e aos municípios o que é no apoio ao funcionamento das escolas, às instalações, etc., e isso é outro patamar, mas também não estou receoso com isso. O que nós estamos a fazer neste momento é procurar colher todas as

experiências que outros já têm, para evitar erros e incidentes que são frequentes e permanentes, e procurar que até ao dia um de janeiro de dois mil e vinte e um as contas estejam certas, os mapas estejam certos, e que possamos encarar depois este trabalho com condições e com otimismo para servir melhor as populações.

Estamos a preparar-nos, disse."

O **Sr. Joaquim Caçoete da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:24 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Então vamos, é um pedido intervenção ainda da Bancada do MIM?

Tem a palavra então a Sra. Membro da Assembleia Luisa Paulino."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Boa noite Sr. Presidente, os meus cumprimentos extensivos a toda a Bancada, Srs. Vereadores, os colegas da Assembleia, membros da Câmara Municipal, comunicação social, técnicos, boa noite a todos.

Sr. Presidente no âmbito destas situações que estávamos aqui a falar gostaria aqui de salientar um texto sobre a transferência das competências na área da saúde e a minha pergunta final depois de ler isto a V. Exa., é qual o envolvimento, o que é que sabe sobre estas matérias, que eu acho que é talvez das mais complexas, a educação e a saúde?

Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde concretizada pelo decreto-lei 23/2009 de trinta de janeiro.

As competências de manutenção, conservação e equipamentos das instalações de unidades de prestação de cuidados de saúde primários são transferidas para os municípios. São também transferidas para os municípios as competências de gestão e execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos agrupamentos de Centro de Saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde excluindo-se porém todos os serviços de apoio lógico relacionados com equipamentos médicos que se mantém na esfera da Administração Central. Também seria melhor que estes seriam transferidos para a Administração Descentralizada.

É ainda transferida para os municípios, as competências de gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional das unidades funcionais, dos ACES - Agrupamentos de Centros de Saúde e integram o Serviço Nacional de Saúde, assegurando-se a esses trabalhadores da manutenção dos direitos adquiridos, nomeadamente o direito da mobilidade para quaisquer serviços ou organismos da Administração Central ou Local, o direito à avaliação de desempenho ou o direito da ADSE – Instituto Publico de Gestão Participada. Ao ponto que isto vai.

Esta transferência é acompanhada das transferências de recursos financeiros necessários do pagamento das despesas que lhe estão associadas, nomeadamente dos encargos da nova entidade empregadora, tal como sucede também no que respeita à transferência das competências de gestão e execução dos serviços de apoio logístico.

Prevê-se também o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os municípios e o Serviço Nacional de Saúde relativa aos programas de prevenção de doença, com especial incidência da promoção de estilos de vida saudável e de envelhecimento ativo, permitindo-se que os municípios possam vir a participar e influenciar o plano das políticas de saúde a nível dos respetivos territórios.

Neste âmbito, é de salientar ainda que nos termos do artigo trinta e três da lei cinquenta de dois mil e dezoito de dezasseis de agosto também se transferem competências para as entidades intermunicipais designadamente para participar na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de

unidades de cuidados continuados, no âmbito intermunicipal. As competências transferidas através deste diploma para os municípios são exercidas pela Câmara Municipal, enquanto as transferências para as comunidades intermunicipais e as Áreas Metropolitanas são exercidas respetivamente pelos conselhos intermunicipais e pelos conselhos metropolitanos. É criada em cada município municipal de saúde composto pelo Presidente da Câmara, que preside, pelo Presidente da Assembleia Municipal, por um Presidente de Junta de Freguesia, eleito em Assembleia Municipal em representação das freguesias do município, por um representante da respetiva Administração Regional de Saúde, pelos diretores executivos e presidentes conselhos clínicos e da saúde dos agrupamentos dos centros de saúde, por um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, designado anualmente, pelo órgão executivo da associação representativa das mesmas em regime de rotatividade, por um representante do Serviço da Segurança Social designado pelo respetivo Conselho Diretivo e por um representante das associações na área da saúde por acordo entre estas mesmas.

Isto é, de tal forma complexo Sr. Presidente, a envolvência que estão aqui a exigir em que uma Câmara Municipal tem… a sua génese é outra, creio eu que é outra, na minha modesta opinião, poderá ter alguns afloramentos a nível de saúde, porque faz parte dos cuidados da população, mas com esta profundidade qual é o nível que a Câmara neste momento tem de empenho, ou de conhecimento, ou de estratégia para que isto possa acontecer em termos humanos, em termos económicos, em termos materiais, preocupa-me, de facto, aquilo que querem fazer e transferir para a Câmara é uma preocupação Sr. Presidente, não é nenhum ataque é uma preocupação, acho que esta questão da Saúde e a questão da Educação é muito complexa e a da Saúde parece-me que ainda é mais complexa.

Agora todo este articular de órgãos, de nomeações, de estratégias, de gestão de dinheiros, como fazer? Estamos a meses de um de janeiro. Como nomear, quer dizer acabamos por ser um Centro de Saúde, temos um Gabinete de Centro de Saúde, percebe Sr. Presidente a minha questão, a minha preocupação a este nível? Saúde mental há de tudo, temos que ter aqui tudo psicólogos, psiquiatras, temos que ter tudo não? É essa a minha questão.

Sra. Presidente, peço desculpa pela intervenção longa."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Eu penso que tem noção de que, neste momento concreto, aliás, a sua preocupação é uma preocupação legítima, pertinente, tem sido abordada pelo Sr. Presidente da Câmara sempre que é trazida a esta Assembleia uma proposta de análise e que em sequência disso tomamos posição sobre as transferências de competências nas áreas que, enfim, acabou de referir, neste momento estamos só a falar da transferência de competências no âmbito da gestão das áreas protegidas. Estamos a falar das paisagens, estamos falar do território e do ponto de vista mais das questões das áreas protegidas em concreto e não tanto das áreas da educação, da saúde, etc., como invocou, mas é óbvio que é uma…"

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"O cerne da questão, creio eu."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sim, é só para dizer que … sim, mas a questão essencial não é essa. É só para dizer que tomamos a sua intervenção como uma manifestação de preocupação eu acho que, neste momento, não se justifica passar a palavra ao Sr. Presidente, a questão já foi abordada noutros momentos está bem?

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com catorze votos a favor (doze da CDU, um do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE) e treze abstenções (nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do MIM).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Vamos passar então à proposta número dois.

Pergunto ao Sr. Presidente se quer usar da palavra para enquadrar a proposta, por favor."

PONTO DOIS – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A estrutura orgânica é um instrumento de gestão determinante para auxiliar a administração de qualquer organização e efetuar a melhor distribuição das responsabilidades, das competências, das funções, dos recursos para assegurar o cumprimento das atribuições, competências e objetivos programáticos da autarquia e das opções políticas municipais.

Recordar que o modelo organizacional em vigor teve a sua origem no período da crise económica e financeira e foi balizado à época por critérios estritamente economicistas não sendo, por isso, promotor da eficácia e qualidade do serviço público, nomeadamente porque suscitou uma redução de cerca de setenta por cento do número de unidades orgânicas de que resultou uma diminuição drástica da capacidade gestionária da organização.

O enquadramento legal foi entretanto revisto, em dois mil e doze e em dois mil e dezassete, veio criar a possibilidade de prover os cargos de direção de departamento municipal desde que assegurada a cobertura orçamental e demonstrada a sua racionalidade face às atribuições e competências. Respeitando os critérios estabelecidos na lei, considerou-se a proposta de estrutura orgânica nuclear que se apresenta uma condição de melhoria do serviço prestado pela Câmara Municipal. E esta proposta, que aqui trazemos, é compatível com a disponibilidade orçamental da autarquia e julgamos que se mostra adequada ao exercício das atuais atribuições e competências municipais, procurando já acolher boa parte das que serão transferidas para os municípios em dois mil e vinte e um. O novo modelo, recupera em parte uma lógica de organização experimentada com sucesso no passado, reforça o número de departamentos, de divisões e de cargos de direção intermédia de terceiro grau, os quais totalizam respetivamente seis departamentos, dezoito divisões e catorze cargos de direção de terceiro grau.

Prevê, ainda, a referida lei que as autarquias locais procedam à aprovação das suas estruturas orgânicas nos termos definidos no decreto-lei número trezentos e cinco de dois mil e nove, de vinte e três de outubro, alterado pela lei setenta e um de dois mil e dezoito, de trinta e um de dezembro, pelo que, a estrutura nuclear a aprovar hoje pela Assembleia Municipal deverá conter as unidades orgânicas nucleares (departamentos, correspondentes aos cargos de direção intermédia de primeiro grau) e as respetivas competências, bem como o número máximo de divisões (correspondentes aos cargos de direção intermédia de segundo grau), os cargos de direções intermédia de terceiro grau e as subunidades orgânicas (secções), unidades estas que terão o seu elenco de competências discriminado na estrutura orgânica flexível a submeter a decisão dos órgãos municipais num momento posterior. Significa isto que hoje apenas estamos a propor a aprovação da estrutura orgânica nuclear e o respetivo regulamento, que teremos de levar a reunião de Câmara, na próxima reunião, a estrutura flexível que já discrimina e designa as unidades orgânicas de segundo grau, de terceiro grau e as secções, assim como as competências, e também isso depois no caso concreto do terceiro grau até teremos que trazer à Assembleia Municipal e trazer ainda, também, o teto remuneratório para os dirigentes de terceiro grau. Não é assim, Sr. Diretor?

Considerando que, sob proposta da Câmara Municipal, compete à Assembleia definir o modelo e conteúdo da estrutura orgânica nuclear, propõe-se que, ao abrigo do disposto da legislação aqui aduzida, a Assembleia delibere, ou aprove, nos termos da legislação, o regulamento da estrutura orgânica nuclear que se anexa.

O regulamento nem vale a pena parafraseá-lo, mas no número cinco tem a estrutura com o número de departamentos, apresenta os princípios e normas gerais da organização, as competências genéricas das direções de departamento, de cada um dos departamentos, e é evidente que tem depois no decimo terceiro o número máximo de divisões a criar, ainda não sabemos quais mas já sabemos qual é o número máximo, assim como as outras unidades orgânicas e depois perceberemos melhor a arrumação das competências, porque isto depois vem tudo em cascata do departamento para a divisão para o terceiro grau e, por aí a fora.

Queria só recordar, se conseguir aqui encontrar um papelinho, que antes de dois mil e treze tínhamos uma estrutura orgânica com nove departamentos, vinte e oito divisões, não existia à época a possibilidade de direções de terceiro grau, portanto tínhamos trinta e sete unidades orgânicas. Em dois mil e treze, devido ao contexto que já aqui foi relembrado, passámos a ter dois departamentos, nove divisões e foi então que a legislação permitiu para tentar poupar dinheiro que fossem criadas direções de terceiro grau e nós criámos duas, passámos de trinta e sete para treze.

Em dois mil e dezasseis já tivemos oportunidade de introduzir aqui uma correção face, também, à disponibilidade financeira que o município já preenchia esses requisitos, e até preenchia outros, e aumentámos para dezasseis, mantendo na mesma dois departamentos, mas aumentando, colocando mais duas divisões e mais uma direção de terceiro grau.

A proposta atual vai ter, como já foi referido, pretende-se que tenha seis departamentos, dezoito divisões e catorze direções de terceiro grau. E não sabemos se em dois mil e vinte e um/vinte e dois não teremos que ampliar e que rever naturalmente, um conjunto de situações não apenas por causa da descentralização, mas porque todos os dias há matérias novas que fazem com que os municípios tenham que rever também o peso que é dado a determinadas funções e a determinadas unidades orgânicas, dependendo até daquilo que vier a ser descentralizado para as Juntas de Freguesia e isto pode implicar, também, uma outra reorganização, uma outra estrutura.

Falta-me recordar que tivemos oportunidade de apresentar e discutir estas matérias, embora a lei de direito da oposição não o refira, com a Vereação de todas as áreas políticas e que demos, também, cumprimento a uma recomendação legal que é ouvir as organizações de trabalhadores e a Comissão Sindical também teve oportunidade de conhecer e de se pronunciar sobre esta proposta que trazemos à apreciação e deliberação da Assembleia.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta está aberta a discussão.

Dou a palavra ao Partido Socialista, Sra. Membro da Assembleia Patrícia Caixinha, por favor."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sra. Presidente, boa noite, e na sua pessoa permita-me cumprimentar a restante Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, comunicação social, técnicos e técnicas da autarquia e penso que público não estará, mas desejo a todos uma boa noite.

Relativamente esta proposta, gostaríamos de dizer o seguinte:

Para uma melhor governação autárquica deste município é necessário uma estrutura mais eficaz, é necessário uma estrutura que sirva a autarquia permitindo dotá-la de maior eficácia e de maior eficiência. Maior eficácia não significa necessariamente mais quantidade, mas sim uma melhor concretização e melhores resultados. Ora como é sabido por motivos associados à crise económica e financeira, que inclusive o Sr. Presidente de Câmara já referiu, a orgânica existente nesta autarquia está atualmente bastante limitada para as reais necessidades das populações que serve, nomeadamente em termos de funcionamento e de condições de trabalho.

É necessário preparar-nos para o dois mil e vinte e um, que vem já aí, e nesse sentido torna-se importante adequar a estrutura desta autarquia às novas necessidades e às realidades dotando-a de um esqueleto que permita um funcionamento mais eficiente, que permita melhores condições de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras da autarquia e, por conseguinte, que permita que esta autarquia consiga prestar um melhor serviço aos seus munícipes.

A questão essencial, no nosso entendimento, é que esta estrutura seja, de facto, capaz e que permita dar resposta aos problemas e que atente às necessidades dos munícipes. Neste momento não se trata de avaliar nomes, designações ou sequer o número de departamentos ou secções, mas sim de discutirmos um modelo que seja concebido para dar as melhores respostas às pessoas e, para isso, será necessário estarmos todos atentos ao modo como esta nova estrutura, ou esqueleto, vai funcionar num todo e entre si.

Será importante assegurarmos a eficácia deste modelo na concretização e satisfação das necessidades dos munícipes e para isso é crucial que haja uma clareza de objetivos e de serviços. É crucial que haja uma boa interligação entre departamentos e que haja um bom funcionamento interdepartamental porque, afinal, quem faz os departamentos são as pessoas. É crucial que haja uma clareza em todo este processo, nomeadamente nas pessoas que ficarão nos cargos, considerando que este processo de seleção deverá ser concretizado através de concurso público. Aceitamos que estes seis pilares contemplados na proposta seja um alicerce de uma estrutura orgânica e que funcione como um instrumento de gestão eficaz e profícuo, permitindo não só desburocratizar procedimentos, uma aproximação das pessoas e às pessoas e permitindo também tornar a decisão mais rápida.

Acreditando que é isto que todos nós precisamos e que é aquilo que nos é exigido por aqueles e aquelas que nos elegeram, acreditando que esse é o princípio que se encontra vertido nesta proposta a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Vou dar a palavra ao PSD/CDS, tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não temos opinião que um maior número de dirigentes dê mais eficácia à autarquia. Pensamos até a nível do país que a questão é mesmo organizacional, no entanto não nos iremos opor a esta estrutura e o nosso voto, neste caso, será o da abstenção."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dou agora a palavra à Bancada do MIM, Sra. Membro da Assembleia Luisa Paulino."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"O Movimento Independente vai votar favoravelmente acreditando, efetivamente, que toda esta estrutura se torne muito mais eficaz e com resultados muito mais positivos do que anteriormente.

Tenho dito."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Dou a palavra agora à CDU, Sr. Membro da Assembleia Joaquim Pires."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos. Sra. Presidente, através de si, cumprimento todos os presentes.

A posição da Bancada da CDU relativamente ao documento que nos é entregue é a seguinte:

Do estudo que fizemos concluímos que a proposta, em si, vem no sentido de aperfeiçoar aquilo que existe, tendo em conta, naturalmente, aquilo que também já aqui foi referido por outros o melhor funcionamento de uma estrutura com o máximo de rentabilidade para benefício da resolução dos problemas dos nossos munícipes. Sendo um documento que entendemos que vem para melhorar aquilo que existe, para aperfeiçoar, não nos oferece qualquer reserva o conteúdo do mesmo e o fim para que se destina e, por isso, vamos votar favoravelmente a proposta."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos então formalizar o nosso…

Sr. Presidente, queria acrescentar alguma coisa?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Por uma questão de justiça aproveitaria este momento para partilhar, com as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, uma situação que tem permitido a este município, e acontecerá noutros, mas outros já mexeram nestes assuntos há mais tempo, sobreviver ao longo destes últimos anos. É que temos tido, de facto, um conjunto de dirigentes muitíssimo esforçados e, para além disso, muitíssimo competentes, porque de outra forma não teriam resistido tanto tempo e que têm sido coadjuvados por cerca de três dezenas e meia de coordenações de serviços, chamadas de informais, que têm permitido assegurar serviços sem que daí tenham tido mais um cêntimo no seu vencimento ou mais um ponto no seu SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública. E, por isso, gostava de dizer, para quem ainda pense que a quantidade não tem que ver com a qualidade, não, também, vai conferir mais qualidade. E vai conferir mais qualidade, na medida e justiça sendo que não estamos a fazer isto para premiar ninguém que tenha feito coordenações informais, quem me dera a mim que todos os atuais dirigentes e todos os atuais e as atuais coordenadores e coordenadoras aceitem a responsabilidade de ser dirigentes na próxima estrutura orgânica.

É que aquilo que vamos pretender fazer, e espero que depois V. Exas. deem atenção ao regulamento e aos regulamentos que aí vêm da flexível, é levar a que haja o máximo de fluidez e o máximo de clareza nas funções de cada unidade orgânica, e de cada dirigente, que lhe permita decidir com rapidez, que haja fluidez nos processos, que lhe permita decidir, também, responsavelmente sendo que ao contrário do que alguns pensam mais hierarquia não é mais morosidade dos patamares, é precisamente o inverso. É que hoje por causa da coordenação informal, o coordenador informa, coordena, mas não decide, e, por exemplo, nós temos aqui nesta sala dois diretores de departamento e que têm, se nós temos novecentos trabalhadores,

eles têm quatrocentos e tal cada um, quer dizer ali a Dra. Teresa tem quinhentos, e eu gostava que alguém se colocasse no papel destes diretores para perceber como tudo acaba por passar por eles. Agora com as secções devidamente agilizadas, com os dirigentes de terceiro nível, nós queremos que as coisas sejam decididas, aos técnicos o que é dos técnicos, aos políticos o que é dos políticos. Nós vamos procurar que aquilo que a lei nos possibilitar descentralizar nestes dirigentes, que são experientes, competentes, e têm tido formação para isso, que decidam aquilo que têm que decidir e que lhes cabe decidir e que isto não dê três voltas às vezes às organizações, e que às vezes é que ninguém quer decidir, porque tem medo de decidir por outro, e isto anda de um coordenador para o outro, depois vai para ali e depois vai para acolá. Garanto-vos que tem sido uma angústia muito grande perceber que, às vezes, se trabalha tanto e que as coisas não correm tão bem ou não andam tão depressa, precisamente porque isto tem que passar por os únicos que podem decidir e que são poucos.

Nós acreditamos que o modelo, que depois traremos já mais segmentado, também, a este Órgão, vai permitir dar uma outra eficiência, múltiplas respostas que necessitamos, às vezes em tempo real no dia-a-dia, e que vamos ser muito mais eficazes e com resultados muito melhores com níveis de satisfação dos nossos munícipes muito mais elevados.

Temos a convicção, ao contrário de outros, Relvas e reformas ditas verdes, etc., que estas revoluções só se fazem com pessoas, não é com máquinas, nem computadores, porque mesmo para os programas funcionarem nós precisamos de pessoas e com pessoas e com dirigentes, porque nós temos bons dirigentes, a Administração Central, se calhar, com esta questão da descentralização um dos princípios era reduzir a despesa da Administração Central, vai aumentar a despesa nos municípios, mas é uma despesa de pessoal que é um investimento na melhoria do serviço público. Nós, também, fizemos as contas, nós, também, considerámos que este é um outro desafio à organização, mas que, também, não há resultados sem pessoas e sem dirigentes que coordenam, decidem, informem, proponham decisões acertadas para que as coisas funcionem melhor.

Quanto às pessoas é óbvio que não é deste fórum, elas começam por ser nomeadas e depois há concursos. Quero aqui recordar para quem desconheça, porque, às vezes, as pessoas pensam que isto foi tudo nomeado, que houve concursos para vários departamentos e, portanto, há um período para a nomeação e há um período para o concurso e oxalá haja dirigentes e depois nem toda a gente pode concorrer a determinados departamentos porque para se concorrer para diretor de departamento é preciso ter já uns anos de direção, seja no Ministério da Marinha, seja na Câmara de Freixo Espada a Cinta, Quando houver concurso, os concursos são públicos e, infelizmente, não tem concorrido muita gente, essa é que é a questão. É que os bons quadros hoje, a não ser aqueles que por missão se dedicaram a este serviço público há muito tempo, a maior parte considera que no privado ganham mais e chateiam-se menos.

Desculpe, mas tinha que ter este desabafo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Com esta proposta que estamos todos convencidos que contribuirá para o melhor funcionamento da nossa Câmara Municipal e dignificação dos Quadros da Administração Pública, que também é importante, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (doze da CDU, nove do PS, dois do MIM e um do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então para a última proposta, Sr. Presidente se quiser fazer a introdução por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Gostaria de fazer uma chamada de atenção à Mesa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"À Mesa da Assembleia?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sim, sim, para não esquecer da ata."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim fica no fim, porque eu esqueci-me no início.

Obrigada."

PONTO TRÊS – Aprovação da Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, solicito que seja feita a transcrição integral da proposta e procuraria agora resumir aqui com meia dúzia de tópicos.

Houve trabalhos preparatórios como devem calcular, na preparação deste processo de revisão ao plano intermunicipal de defesa da floresta contra incêndios, houve a adjudicação de serviços a empresas da especialidade e do ponto de vista da participação, há uma participação "*a anteriori*" com o conjunto de parceiros que integram as respetivas comissões municipais de defesa da floresta, que no caso de Palmela para além das associações de bombeiros, cidadãos, de associações de moradores do parque, etc., já tem uma representação cidadã interessada, muito participativa e com grandes contributos.

No caso de Palmela, em abril foi aprovada, por maioria, a proposta de revisão do plano intermunicipal, devo dizer que penso que foi anexado a ata dessa reunião para se perceber, e espero que percebam e que tenham lido com atenção, que alguns votos contra ou abstenções decorrem um bocadinho da impossibilidade de algumas pessoas pelos organismos que representam poderem ali votar em consciência ou alguns até nem foram mandatados para votar e por isso tiveram que se abster, mas que nas questões de substância do plano não houve propriamente nenhuma observação, ou crítica ou oposição.

O objetivo foi adequar o plano às diversas alterações legais que ocorreram desde dois mil e quinze, atualizar a cartografia de base, que é um trabalho sempre muito moroso, dispendioso e que parece que não mas que está sempre desatualizado, e integrar no plano intermunicipal os planos municipais de ordenamento do território e até algumas diretrizes de alguns que estão em revisão como é o caso do nosso e clarificar e centralizar a informação para consulta do cidadão ao nível do ordenamento do território. Quais foram as principais alterações nesta fase da revisão, porque nós temos um plano em vigor, atenção que o plano está em vigor convém esclarecer isto, alterações ao nível de ocupação do solo foi feita a atualização da ocupação do solo que traduz as alterações ocorridas face às dinâmicas do ordenamento do território nos três

municípios, e os senhores vão poder ver pois aqui as diferenças quanto ao número de hectares e as classes de espaço. Procurou-se um maior rigor na identificação das várias classes de ocupação do solo, face à cartografia digital disponível, a carta de ocupação do solo e os hortofotomapas de dois mil e dezassete. Da atualização resultou a seguinte distribuição do uso do solo: floresta quinze mil setecentos e setenta vírgula zero seis hectares em dois mil e quinze, passou em dois mil e dezoito para catorze mil cento e trinta e dois vírgula trinta e quatro, menos dez por cento. Para não vos maçar com os números falaria só das percentagens de variação. Das chamadas águas interiores houve um aumento de cinco por cento, não sei se foi alguma inundação mas isto também significa que a própria cartografia tinha muitas incorreções e estava muito desatualizada; dos chamados terrenos improdutivos há menos setenta e nove por cento, isto significa que havia erros de classificação do conceito de improdutivos; da agricultura há mais dois por cento, no entanto a gente vê muito terreno abandonado; matos e pastagens há um decréscimo de dez por cento e do urbano há um acréscimo de quarenta e três por cento, não deve crescer muito mais, porque desde a nova lei dos solos estes PDM's de terceira geração é tudo a encolher perímetros e condicionar as áreas de edificação dispersa, o que é bem-vindo para o nosso território só é pena que venha com muitos anos atraso; povoamentos florestais, o concelho de Palmela é constituído por uma área florestal que abrange trinta vírgula noventa e dois por cento do território e é composto maioritariamente por sobreiro, sessenta e seis vírgula cinquenta e três por cento, e pinheiro manso, dezasseis virgula quarenta e cinco, não está aqui o bravo, mas há um crescimento do sobreiro de dois mil e quinze para dois mil e dezoito e há uma redução do pinheiro manso, não sei se tem a ver com o nemátodo.

Na cartografia de risco de incêndio, este é o principal objetivo deste instrumento é ter isto classificado para dizer que o risco de incêndio deve estar nesta e naquela zona com uma determinada gradação e para ser definido de acordo com o solo que efetivamente existe. A atualização da carta de ocupação do solo que teve reflexo direto nos mapas de perigosidade e de risco de incêndio, as classes de perigosidade predominantes continua a ser a baixa, a média e a muito alta perigosidade, que no caso do nosso concelho temos aqui uma percentagem significativa, dezanove vírgula quarenta e três por cento, de risco alto, seis vírgula quarenta e cinco por cento do município e de risco muito alto, seis vírgula quarenta e cinco, e isto está situado onde? Está situado, como devem calcular, sobretudo no Montado de Rio Frio e no Parque da Arrábida.

Em temos processuais, houve trabalhos preparatórios com as equipas do plano, que, neste caso concreto, até foi contratada por Sesimbra que nós temos um Gabinete Intermunicipal e vamos ao longo dos anos distribuindo as responsabilidades do Gabinete, isto demorou ainda dois ou três anos de trabalho de revisão, aliás, quase quando o plano foi aprovado já estamos a trabalhar na revisão. Para além desses trabalhos, preparatórios, houve os períodos de consulta pública legais, foi elaborado um relatório, não houve propostas de alteração, nem contributos, e compete agora à Assembleia Municipal a sua aprovação, e os outros municípios estão a fazer o mesmo, creio que Sesimbra até já fez estão mais aflitos com estas coisas, e depois da aprovação dos três órgãos a publicação em Diário da República.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta? Está aberta a discussão.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, tem a palavra por favor."

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Boa noite, Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento toda a Assembleia, os presentes, comunicação social, público, técnicos da Câmara.

Dizer, de facto, que não tenho muito a acrescentar porque o Sr. Presidente já aduziu aqui números importantes que decorreu dessas alterações que foram feitas na revisão do plano. Eu também estive presente nessa dita reunião, de oito de abril, concordei e votei a favor também desta revisão. É uma revisão

que decorre da aprovação da nova legislação, da aplicação da nova legislação, e que cumpriu os trâmites legais, aqui a consulta pública foi feita, o parecer positivo do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas também está concluído, penso que isto era importante, estas correções que foram feitas, estas alterações, daí a voto do Partido Socialista será um voto positivo, um voto a favor.

Dizer, também, aqui que a nossa Arrábida este ano, já agora aqui uma nota de rodapé, não houve assim nada de significativo em termos de ocorrências, porque é sempre uma preocupação acrescida este Parque Natural da Arrábida que abrange os três concelhos e, de facto, este ano não houve nada de significativo, tal como no ano passado, em termos de ocorrências, graças ao trabalho que está a ser feito em todo o país e também um trabalho que está a ser feito ao nível do Serviço Municipal de Proteção Civil com as novas alterações à legislação, que nos obriga a todos a trabalhar mais e melhor nesta área no sentido de uma melhor prevenção da nossa floresta. A Câmara Municipal, eu sei, e conheço, tem feito um esforço acrescido para a proteção da floresta, para a limpeza de terrenos, alguns, parte deles, terrenos privados, mas o trabalho que foi feito na Arrábida foi um excelente trabalho graças, também, como disse, ao trabalho de prevenção do Serviço Municipal de Proteção Civil, aos Bombeiros, à GNR e a todas as forças envolvidas, às Forças Armadas também, tiveram brigadas aqui instaladas no Parque Natural da Arrábida e que permitiu aprofundar aqui e afirmar uma melhor prevenção, fazer o alargamento desta prevenção, porque, de facto, o incêndio florestal para que ele não aconteça, requer um trabalho de prevenção muito bom e aqui tem sido excelente. É bom que assim continue, é importante que este trabalho continue para o ano ainda mais e melhor para que a nossa floresta consiga ter os índices, digamos, de não ocorrências como teve este ano. Hoje aproveitei e estive a falar com o Sr. Comandante de Bombeiros de Palmela, da corporação de Palmela, que me manifestou a sua satisfação por todo o trabalho que foi feito este ano ao nível da prevenção no concelho de Palmela.

Meus amigos o PS vai votar favoravelmente esta proposta, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra agora ao MIM, Maria Luisa Paulino."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"A posição do Movimento é favorável. é para votar sim. É de louvar toda esta revisão, e congratular os resultados que se têm vindo a melhorar constantemente a nível de ano para ano com a envolvência da Proteção Civil, Bombeiros, GNR, e por aí fora, e que se mantenha. e que para o ano seja muito melhor, porque o concelho está bem apetrechado a nível técnico e a nível de pessoal para poder combater todo este flagelo que é aterrador e nós tentamos sempre evitar.

Parabéns para esta revisão e que seja um sucesso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu tenho aqui uma dúvida que talvez não esteja a ver bem o assunto, mas eu vejo aqui duas junções de atas, ambas com o número um/dois mil e dezanove, ambas aos oito dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, mas que não são exatamente iguais. Era isso que eu perguntava o que é que haverá aqui, se algum lapso de escrita ou se… peço desculpa, não estou a ouvir."

O **Sr. Eng.º Carlos Manuel Caçoete, Técnico do Serviço Municipal de Proteção Civil:**

(gravação não audível por não ter usado o microfone)

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Já está? Percebeu? Sim, senhora.

Mais alguma intervenção?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mas eu queria ainda completar aqui a minha intervenção.

Eu vejo aqui, já que é a mesma de forma diferente e com assinaturas diferentes, numa delas que diz que havia aqui uma sugestão de haver uma nova reunião extraordinária, porquanto havia elementos que não tinham recebido a informação, mas depois também foi esclarecido que alguns deles não deveriam receber porque não faziam parte efetivamente com direito a voto. Mas, por sua vez, também denoto aqui que houve alguns mesmo com direito a voto que receberam a documentação com quatro dias de antecedência, o que eu considero que para um assunto destes, quando nós nos queixamos do poder central também temos que fazer melhor aqui. Considero que em situações futuras e, com certeza, haverá justificações mas penso que é um lapso de tempo curto para fazer uma análise mais profunda, embora tenha visto que do Parque Natural houve parecer positivo e vamos votar favoravelmente, mas saliento aqui as intervenções na ata e até pessoas que não conheciam de todo, embora haja depois a informação que foi mandado um link, mas não sei se terá sido para todos, era esse esclarecimento que eu queria da parte do Sr. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção? Tem a palavra a Sra. Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca."

A **Sra. Cecília Sousa da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Dizer que, como é evidente, a CDU irá aprovar esta proposta e também aqui salientar, em nome da União de Freguesias, as participações que tivemos nas diversas reuniões preparatórias e reuniões de trabalho que houve ao longo do ano para chegarmos a este documento que aqui está a ser aprovado, esta proposta que está a ser aprovada, decorreu vários trabalhos dos quais as Juntas de Freguesia, e aqui falo pela Juntas de Freguesia, também estiveram presentes, tiveram contributos e participaram.

Por isso congratular, e aqui reiterando o Sr. Presidente da Junta Palmela, o excelente trabalho que foi feito no nosso território pelas forças que temos no nosso território, pelos parceiros envolvidos e reiterar, e congratular, o excelente trabalho que foi feito durante este período.

E sobre este documento dizer que é um documento que advém da legislação mas que, também foi um documento, como já disse, que foi muito trabalhado e que foi verificado por todos aqueles que são os envolvidos neste plano.

Obrigada, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada também. Mais alguma intervenção?

Pergunto ao Sr. Presidente de Câmara se quer acrescentar alguma coisa?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu pedia permissão à Sra. Presidente da Assembleia para que o Eng.º Carlos Caçoete pudesse clarificar alguns aparentes incidentes processuais porque, de facto, não é, exatamente, assim como algumas pessoas disseram."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Peço que se aproxime do microfone para se poder gravar, para além que se ouve melhor claro."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Porque senão não fica na ata."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eng.º Carlos Caçoete é só falar."

O **Sr. Eng.º Carlos Manuel Caçoete, Técnico do Serviço Municipal de Proteção Civil:**

"Peço desculpa mais uma vez.

Como eu falei no início a ata foi enviada em dois momentos, uma parte diz respeito a um extrato da ata, para efeitos de aprovação do plano, e ata completa, que os Srs. Membros também têm, diz respeito à ordem de trabalhos das três Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. O que acontece neste caso específico diz respeito ao município de Setúbal, cujos Membros da Comissão também estavam presentes, e tem a ver com os elementos que são enviados aos Membros da Comissão para aprovação dos processos relativos à edificação em espaço rural, quando estão inseridos em áreas de classificação de risco muito elevado ou elevado, portanto, não diz respeito sequer ao funcionamento da Comissão daí a primeira versão submetida aos Membros ter só o extrato. O resto da informação no fundo, é desnecessária para efeitos de aprovação do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sr. Presidente, alguma, questão mais?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não, penso que está perfeitamente clarificado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não?

Então vamos avançar com votação."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (doze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia antes de sairmos duas pequenas coisas que por distração minha ou facilidade, digamos assim, no início da reunião pelo facto de não haver período antes da ordem do dia esqueci duas coisas. Uma que apreciasse e votasse-mos a ata que tínhamos aqui à nossa discussão, a ata número vinte e um e outro aspeto é que nós temos que apreciar, também, o pedido de suspensão de mandato do Membro Nuno Delgadinho da Bancada da CDU que foi, entretanto, substituído pela Sónia Semião, que é regulamentar, mas precisamos de apreciar o pedido de suspensão. Nada a opor, não é? Está aceite.

Relativamente à ata Srs. Membros da Assembleia alguma questão? Trata-se da reunião de doze de setembro, diga, diga."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Qual é o período da suspensão?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Cento e oitenta dias.

Alguma questão sobre a ata, não?

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Tenho algumas alterações, mas já as tenho aqui e entregarei."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"De pormenor para entregar. Diga, diga."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Correções, também enviaremos depois *a posteriori* ao serviço."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim se forem de pormenor, que não alterem o conteúdo da ata é essa a metodologia.

Recordam que devemos tentar ser breves, porque isso depois vai atrasando a conclusão da ata e a sua publicação."

A Ata número vinte e um, de doze de setembro de dois mil e dezanove, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (doze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e catorze minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e quatro dias de outubro de dois mil e dezanove.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete